

SÍNTESE TRIBUTÁRIA



PRINCIPAIS JULGAMENTOS

Decisão monocrática do STJ afasta tributação de lucros no exterior

A Min. Regina Helena Costa, em decisão monocrática, reafirmou a jurisprudência do STJ e reconheceu que, como regra geral, os acordos de bitributação determinam que os lucros de uma empresa controlada apenas podem ser tributados no seu Estado de residência, salvo se atribuíveis a um estabelecimento permanente no outro Estado.

REsp 1.633.513/SC

Decisão do Min. Zanin suspende efeitos de liminar que reonerou a folha de pagamentos para 17 setores

O Ministro atendeu a pedido da AGU e suspendeu por 60 dias os efeitos da liminar que suspendeu a desoneração da folha de pagamentos. O objetivo é dar tempo para que o Governo e o Congresso Nacional construam uma solução não litigiosa para o tema.

ADI 7.633



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Nova Lei autoriza depreciação acelerada para bens do ativo imobilizado

Em 29/05/2024, foi publicada a Lei nº 14.871, que autorizou a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados ao ativo imobilizado e empregados em determinadas atividades econômicas.

Publicada Lei que limita a compensação tributária dos créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado

Em 28 de maio de 2024, foi publicada a Lei 14.873, que alterou a Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para limitar a compensação tributária dos créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.



O QUE VEM POR AÍ

STF voltará a julgar discussão sobre a tributação do terço constitucional de férias

O RE 1.072.485 foi pautado para o início de junho/2024, oportunidade em que os Ministros poderão fixar a modulação de efeitos no caso concreto.

PGFN lança edital de transação por adesão para débitos de até R\$ 45 milhões

O programa permite pagamento em até 133 meses e abatimento de até 100% das multas, juros e encargos legais. O prazo para adesão vai até às 19h, do dia 30 de agosto de 2024.

STF poderá julgar ISS na base de cálculo do PIS e COFINS

O Ministro Luiz Fux cancelou o pedido de destaque realizado no Recurso Extraordinário nº 592.616/RS (Tema 118 de Repercussão Geral), no qual é discutida a inclusão do ISS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. Na prática, considerando o cancelamento do pedido de destaque, o tema poderá ser levado a julgamento em modalidade virtual a qualquer momento.



São Paulo | SP

**Rua Alves Guimarães, 1120 – 1º andar
Pinheiros
05410-002**

www.lavezcoutinho.com.br

**lavezc
coutinho** 